

CORONAVÍRUS
ATUAÇÃO DO MPT-DF/TO
DURANTE A PANDEMIA

16 DE MARÇO A 17 DE JULHO
2020



INTRODUÇÃO

120 dias! Em 16 de março, quando foi instituído o teletrabalho como regra para todas as Procuradorias do Trabalho do Brasil, ninguém imaginava que a pandemia perduraria por tanto tempo (e ainda teremos que aguardar um pouco mais para voltar ao 'novo normal').

Nesse período, todos nós tivemos que **reformular nossas rotinas de trabalho, reaprender a realizar reuniões, audiências, processos e, ainda, garantir o funcionamento do Ministério Público do Trabalho**, na defesa dos direitos dos trabalhadores, em momento que seus **direitos estão cada vez mais expostos e frágeis**.

Não foi fácil! Mas, ao fazer um balanço dos últimos quatro meses, podemos afirmar, também, que foi encorajador e, muitas vezes, gratificante, trabalhar em prol da sociedade, seja por meio de **ações civis públicas, termos de ajustes de conduta, notas técnicas ou destinações** que proporcionaram um efetivo combate aos prejuízos sociais e trabalhistas trazidos pela pandemia do novo coronavírus.

Nas próximas páginas, vamos detalhar os números por trás do trabalho de todos nós, além de apresentar resultados concretos da atuação de procuradores, servidores, estagiários e terceirizados, que contribuíram, cada um no seu mister, pelo bom funcionamento da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região, **garantindo o pleno atendimento à população do Distrito Federal e do Tocantins**.

ATUAÇÃO DO MPT-DF/TO NO COMBATE AO NOVO CORONAVÍRUS



R\$ 1,9 MILHÃO

DESTINADOS PARA INSTITUIÇÕES
SEM FINS LUCRATIVOS



775 DENÚNCIAS

DE IRREGULARIDADES TRABALHISTAS



235 INQUÉRITOS

SOBRE O TEMA



184 RECOMENDAÇÕES

EXPEDIDAS



9 AÇÕES

JUDICIAIS



12 MEDIAÇÕES

PROMOVIDAS



55 P. PROMOCIONAIS

ABERTOS

ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

Canais de denúncia:

Em 20 de março de 2020, o Ministério Público do Trabalho no Distrito Federal e no Tocantins (MPT-DF/TO) instituiu o **teletrabalho como regra** para todos os servidores e estagiários do órgão.

Na Portaria nº 45.2020, a procuradora-chefe *Valesca de Moraes do Monte* também determinou a continuidade dos serviços e o atendimento remoto, **24 horas por dia**, para recebimento de denúncias, além de manter procuradores e servidores em plantão, para necessidades urgentes.

Canais de atendimento remoto:

prt10.atendimento@mpt.mp.br

<http://www.prt10.mpt.mp.br>

MPT no Distrito Federal: (61) 99415-5047 (das 8h às 20h) e (61) 3307-7208 (das 20h às 8h)

MPT em Palmas (TO) e Gurupi (TO): (61) 99415-5542

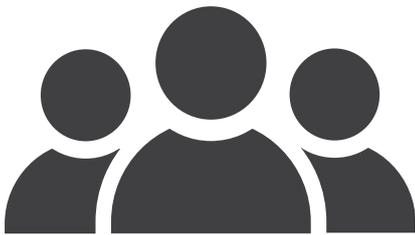
MPT em Araguaína (TO): (61) 99415-5586



ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

Gabinetes interinstitucionais:

A procuradora-chefe Valesca de Moraes do Monte compõe grupos interinstitucionais com instituições parceiras, a fim de fortalecer o diálogo, a troca de informações e traçar estratégias de atuação conjuntas, no combate à pandemia do novo coronavírus.



Gabinete Permanente - Tocantins

Composto pelo Ministério Público do Trabalho (TO), Ministério Público Federal (TO) e Ministério Público do Estado do Tocantins (MPTO), o Gabinete foi criado, especialmente, para tratar de atuações conjuntas em prol da saúde e segurança dos trabalhadores e cidadãos do Estado do Tocantins.



Gabinete Integrado de Acompanhamento à Epidemia do coronavírus do MP Brasileiro

A procuradora-chefe Valesca do Monte participa como membro focalizador, que tem o objetivo de promover a integração do MP brasileiro para medidas de prevenção à epidemia, em articulação com o Ministério da Saúde e demais autoridades sanitárias.



Gabinete de crise do GDF para a epidemia do novo coronavírus

O grupo tem o objetivo de reunir os principais atores do Distrito Federal na luta contra o coronavírus. Em reunião virtual, a procuradora-chefe Valesca Monte destacou a necessidade da presença do MPT-DF na construção das políticas públicas protetivas ao trabalhador e à sociedade.

PLANO DE AÇÃO - PRT10

Em 27 de março de 2020, o colégio de procuradores da PRT10 aprovou o Plano de Ação para o enfrentamento da crise causado pela pandemia da COVID-19. O documento definiu que todos os esforços finalísticos seriam direcionados para o combate e prevenção do novo coronavírus.

O Plano foi desenvolvido em torno de dois eixos principais:

1) Articulação interinstitucional e políticas públicas e

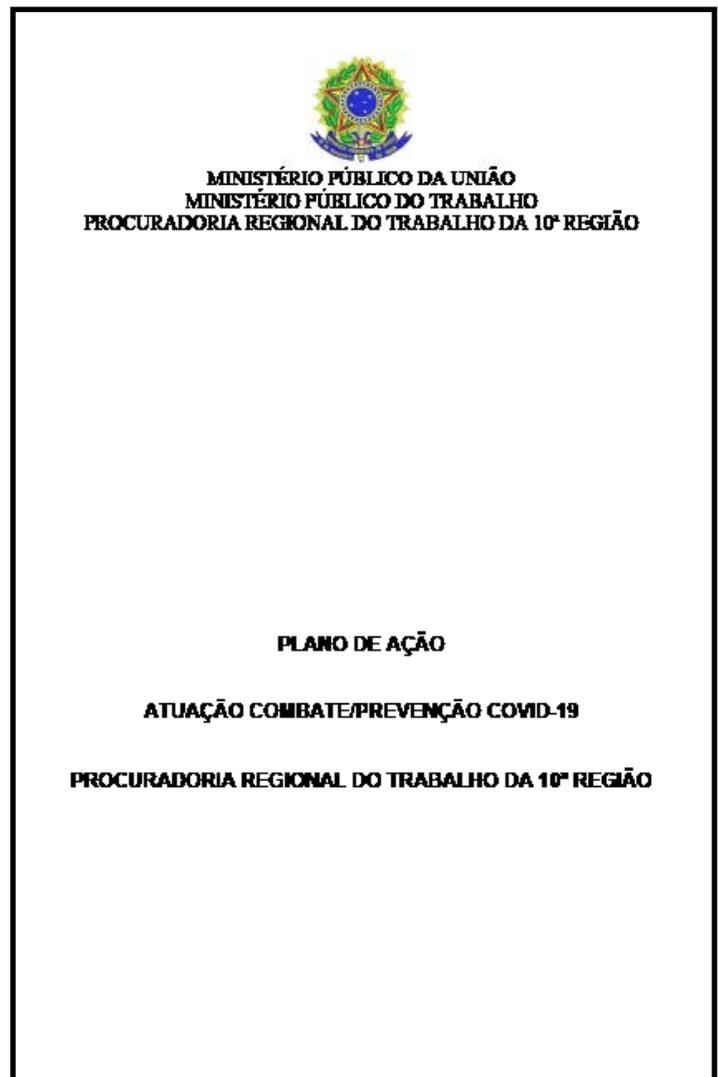
2) Atuação estratégica e finalística.

São **17 ações de articulação interinstitucional** e Políticas Públicas, definidas pelo nível de prioridade, responsáveis e status de cada item.

Também ficou definido que os procuradores vão levantar os **montantes depositados** em Ações Cíveis Públicas que possam ser destinadas ao combate da COVID-19.

O documento prevê, ainda, a **priorização das denúncias** que tenham como objeto irregularidades trabalhistas decorrentes da pandemia.

Clique na imagem ao lado para acessá-lo, na íntegra.



GRUPOS DE TRABALHO

A Portaria nº 55.2020 definiu a criação de Grupos de Trabalho, no âmbito da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região, a fim de dividir a atuação finalística em temas prioritários decorrentes de irregularidades trabalhistas surgidas durante a pandemia.

São cinco Grupos de Trabalho, organizados para dar celeridade e organização ao recebimento e investigação das denúncias trazidas ao MPT.



GT SAÚDE

CARLOS BRISOLLA, FÁBIO LEAL, JOAQUIM NASCIMENTO, LUÍSA ANABUKI, LUÍS PAULO, MARICI COELHO E RENATA COELHO



GT SUPERMERCADOS

ANA CLÁUDIA RODRIGUES, DANIELA COSTA MARQUES E PAULO NETO



GT VULNERABILIDADE ECONÔMICA

HELOÍSA SIQUEIRA, PAULA DE ÁVILA E VANESSA FUCINA



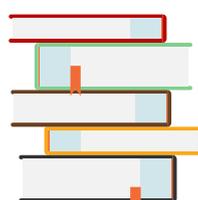
GT TRANSPORTE URBANO

HELENA FERNANDES E PAULA DE ÁVILA



GT SISTEMA PRISIONAL

DANIELA COSTA MARQUES, CHARLES LUSTOSA E ÂNGELO FABIANO



GT VOLTA ÀS AULAS

CAROLINA MERCANTE, ANA CLÁUDIA RODRIGUES, HELENA FERNANDES E ÂNGELO FABIANO

IMPRENSA

A ênfase da atuação finalística no combate à pandemia do coronavírus teve, como consequência natural, o enfoque das matérias externas e internas para as notícias e notas relacionadas às ações ministeriais em prol da sociedade, seja por meio de Ações Civas Públicas, Recomendações, seja pelas destinações de Equipamentos de Proteção Individuais, projetos sociais, aquisição de insumos, etc.

Nos quatro meses de avaliação, foram **44 notas internas** veiculadas na Intranet e no Whatsapp Institucional com o tema da pandemia.

No site externo do MPT-DF/TO, um total de **66 notícias** foram produzidas sobre a atuação finalística do órgão. Abaixo, a lista de todas elas, com o hiperlink disponível (clique sobre o título).

[1. CORONAVÍRUS: Comunicado define medidas de prevenção no âmbito do MPT-DF/TO](#)

[2. MPT-DF notifica Distrito Federal para garantir proteção aos profissionais de saúde no atendimento a potenciais casos de Coronavírus](#)

[3. Portaria institui medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus no âmbito do MPT-DF/TO](#)

[4. MPT expede Nota Técnica para proteção do emprego](#)

[5. Coronavírus: acesse às notas técnicas e às recomendações do MPT](#)

[6. MPT cria checklist das condições de trabalho nos serviços de saúde](#)

[7. MPT e MPTO recomendam atuação conjunta de órgãos de controle sanitário no Tocantins para contenção do Coronavírus](#)

[8. MPT notifica Ministério da Educação para tomar medidas de enfrentamento ao coronavírus](#)

[9. MPT no Tocantins destina mais R\\$ 700 mil para o combate ao novo Coronavírus no Estado](#)

[10. MPT em Araguaína, MPTO e MPF recomendam que prefeito de Araguaína restabeleça norma mais rígida de prevenção da Covid-19](#)

[11. MPT-TO, MPF-TO e MPTO instituem Gabinete Permanente Interinstitucional](#)

12. MPT recomenda manutenção de contratos de aprendizagem

13. MPT recomenda medidas protetivas para empresas de transportes de mercadorias por plataformas digitais

14. A pedido do MPT em Palmas e MPTO, Secretaria Estadual da Saúde deverá alterar a redação do termo de adesão dos servidores que querem permanecer trabalhando

15. MPT-DF destina cerca de R\$ 190 mil para aquisição e produção de Equipamentos de Proteção Individuais no combate ao coronavírus

16. MPT no Tocantins e MPTO expedem recomendação para que instituições financeiras de Gurupi adotem medidas de prevenção de contágio do Coronavírus

17. Hospital Regional de Gurupi deverá adotar protocolos para atendimento de pacientes suspeitos de Covid e de boas práticas aos profissionais de saúde

18. MPT-DF notifica Metrô para adotar medidas de prevenção e combate ao coronavírus na empresa

19. Secretário de Estado da Saúde do Tocantins tem 24 horas para apresentar adoção de providências relacionadas à prevenção e ao combate à Covid-19 no Estado

20. MPT, MPF, MPDFT e MP de Contas questionam relaxamento de medidas de isolamento pelo GDF

21. Conheça o Plano de Ação do MPT-DF/TO para enfrentamento da crise causada pela Pandemia do COVID-19

22. MPT notifica subsecretário do sistema penitenciário do DF para que seja desenvolvido plano de contenção e prevenção de infecções da COVID-19

23. MPT em Araguaína destina R\$ 115 mil para aquisição de produtos de higiene à população vulnerável

24. Conselho Regional de Medicina do DF apoia Recomendação Conjunta dos MPs, que questionaram GDF sobre relaxamento das medidas de isolamento

25. Coronavírus: MPF, MPT e MPDFT pedem a suspensão imediata das atividades não-essenciais no DF

26. MPT-DF/TO tem regime especial de plantão durante a pandemia do novo coronavírus

27. Sinproep e Casa Civil do DF discutem retorno às aulas em audiência virtual mediada pelo MPT

28. Destinação social do MPT em Palmas (TO) garante material de limpeza e de higiene pessoal para a população vulnerável de Gurupi (TO)

29. MPT em Palmas reúne representantes de órgãos e entidades para discutir medidas de prevenção ao Covid-19 para caminhoneiros que trafegam pelo Estado

30. MPT destina R\$ 205 mil para Projeto do SENAI que vai produzir materiais de higiene para comunidade carente de Araguaína (TO)

31. MPT destina R\$ 103 mil para aquisição de EPI para Cerest-DF

32. Covid-19: Justiça proíbe novos Decretos de liberação de atividades não essenciais no DF

33. MPT-TO, MPF-TO e MPTO emitem Nota Pública após declarações do secretário estadual de Saúde do Tocantins

34. MPs orientam dirigentes religiosos que celebrações presenciais em Palmas (TO) sejam substituídas por alternativas que não gerem aglomeração

35. “Trabalhamos com a garantia de um patamar mínimo: a vida”, afirma procuradora-chefe Valesca Monte em live no Metrôpoles

36. MPT no Tocantins e MPF recomendam aos estabelecimentos comerciais a não coagirem seus empregados a participarem de atos ou eventos públicos durante a pandemia do coronavírus

37. Covid-19: MPF e MPT entram com ACP para a União instituir o trabalho remoto como regra no Executivo Federal

38. MPT-DF destina mais de R\$ 39 mil ao Abrigo dos Excepcionais de Ceilândia

39. Destinação do MPT em Araguaína (TO) garante cestas básicas e produtos de higiene para 11 comunidades tradicionais do Tocantins

40. Covid-19: MPF recorre em ação sobre reabertura do comércio no DF

41. MPT no Tocantins desenvolve projeto de atenção à saúde dos motoristas de veículos de carga que trafegam pelas rodovias do Estado

42. MPT em Palmas e MPTO realizam audiência administrativa com a Secretaria de Saúde do Tocantins

43. Representantes do MPT, do MPTO e de órgãos parceiros planejam nova etapa de ação voltada à saúde dos caminhoneiros

44. MPT ingressa como “custos legis” em duas ações trabalhistas coletivas decorrentes da pandemia do novo coronavírus

45. MPT-DF destina recursos para confecção de material informativo de prevenção e combate à COVID-19 destinado a Pessoas com Deficiência

46. MPT-DF pede que a autodeclaração de empregado seja suficiente para afastamento do trabalho em razão da pandemia do coronavírus

47. Nota à imprensa: TRF-1 reconsidera Decisão e devolve competência à Justiça Federal para julgar Ação que questiona flexibilização do comércio pelo GDF

48. Campanha alerta para risco de crescimento da exploração do trabalho infantil diante dos impactos da pandemia

49. Ministérios Públicos coordenam ação para a realização de testes rápidos da Covid-19 em caminhoneiros que trafegam no Tocantins

50. MPT pede suspensão temporária das atividades do frigorífico Boi Brasil em Araguaína (TO) por surto de coronavírus

51. Projeto de iniciativa do MPT e do MPTO é destaque em informativo do MP brasileiro

52. MPT-DF destina R\$ 60 mil para projetos de prevenção ao contágio da Covid-19

53. Covid-19 – MPs pedem liminar de urgência para que GDF atue a fim de obter isolamento social mínimo de 60%

54. Ministérios Públicos recomendam regularização dos serviços de testagem para a Covid-19 no Tocantins

55. MPT-DF pede reintegração de todos os empregados dispensados pela Fogo de Chão em Brasília

56. Nota Pública

57. MPT-DF destina recursos para a Finatex e garante fabricação de 2 mil protetores faciais para agentes da Papuda

58. MPT atua para garantir segurança aos trabalhadores de aplicativos

59. Justiça do Trabalho atende pedido do MPT e determina reintegração imediata de 42 empregados dispensados da Fogo de Chão

60. Órgãos ministeriais buscam na Justiça regularizar o abastecimento do LACEN/TO

61. Justiça atende pedido do MPT-DF e determina fornecimento de EPIs em bom estado para profissionais de saúde

62. Coordinfância divulga Nota Técnica Conjunta com orientações sobre o momento em que os adolescentes devem retornar ao local de trabalho

63. MPT, MPF e MPTO obtêm decisão favorável na Justiça Federal para regularização dos estoques de insumos do LACEN/TO

64. MPT e MPTO ingressam com Ação para obrigar o Estado a implantar medidas de prevenção à Covid-19 para os profissionais de saúde do Hospital Regional de Araguaína (TO)

65. MPT abre investigação de ofício para apurar conduta de CNN, Record e Rede Brasil após entrevista presencial com o presidente Jair Bolsonaro

66. Acordo firmado com Centauro garante R\$ 250 mil para recuperação de respiradores na luta contra o coronavírus

Coronavírus: MPF, MPT e MPDFT pedem a suspensão imediata das atividades não-essenciais no DF



Para MPs, medidas de afrouxamento podem resultar na perda dos ganhos obtidos pelo distanciamento implementado desde março

O Ministério Público Federal no Distrito Federal, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público no Distrito Federal e Territórios acionaram conjuntamente a Justiça, nesta terça-feira (28), para que todas as atividades não-essenciais do DF sejam suspensas imediatamente, em razão do estado de emergência em saúde ocasionado pelo novo coronavírus. A ação requer ainda que a União apresente mecanismos para orientação, acompanhamento e cooperação técnica e financeira para o DF e entorno, quando relacionadas à retirada das medidas de distanciamento social em meio à Covid-19. O pedido liminar estabelece o prazo de cinco dias para a União agir e requer multa diária, em caso de descumprimento de, no mínimo, R\$100 mil.

Para que o retorno das atividades não-essenciais seja seguro e viável, os procuradores requerem que o Distrito Federal prove primeiro que a medida não prejudicará o funcionamento do Sistema Único de Saúde no DF. Também é preciso garantir o atendimento médico e hospitalar adequado de pacientes acometidos por coronavírus ou outras doenças. Os MPs pedem ainda inspeção da saúde e segurança dos trabalhadores. As providências devem ser endossadas por parecer e protocolos dos órgãos de vigilância em saúde do DF.

No documento de 90 páginas, os procuradores alertam que o Distrito Federal tem descumprido Convenção Internacional, aprovada pelo Congresso Nacional. Nesse sentido, o DF tem ignorado o Regulamento Sanitário Internacional, no que se refere à Recomendação Temporária da OMS, sobre o relaxamento das condutas de distanciamento social. Segundo o normativo, a opção por descumprir as recomendações estabelecidas pela entidade deve ser fundamentada com dados e evidências científicas. Não é o que tem acontecido no DF.

A Recomendação da OMS - reconhecida com força de lei no Brasil e descumprida pelo GDF - diz que as restrições de aglomeração social só devem ser suspensas em países onde o número de casos de Covid está em queda. Ressalta que o isolamento deve ser removido estrategicamente e não simultaneamente. Nesse contexto, é necessário que a transmissão da doença esteja controlada e que os ambientes de trabalho e demais locais tenham a capacidade de proteger as pessoas diante da retomada das atividades.

Para os MPs, a liberação de atividades não-essenciais pode resultar na perda dos ganhos até então obtidos com o distanciamento implementado pelos primeiros decretos. Nesse cenário, o resultado é apenas a postergação do colapso, com a falta de UTIs. O entendimento é respaldado por estudo realizado por pesquisadores da Universidade de São Paulo e da Universidade de Brasília. A questão central não é apenas a taxa de mortalidade da doença, mas a velocidade da transmissão, que aumenta o número de pacientes graves e leva os sistemas de saúde à falência.

A ação destaca a natureza especial característica do DF. Capital do país, serve como ligação terrestre e aérea internacional. Abriga 197 embaixadas e consulados estrangeiros e o terceiro aeroporto mais movimentado do Brasil. O rápido avanço do vírus na região pode comprometer o funcionamento dos Poderes da República e de organismos internacionais. Além disso, segundo dados da Codeplan, 72% dos trabalhadores do Distrito Federal laboram em região diversa da que residem. Quase metade trabalha no Plano Piloto – local com o maior número de infectados – e a utilização massiva do transporte público, a medida que as atividades retornarem sem estrutura para isso, pode acelerar os contágios.

Outro dado apontado pelos procuradores, é a falta de segurança e o risco de contágio dos trabalhadores da saúde. O MPT vem recebendo diversas denúncias sobre más condições de saúde e de segurança da classe. Pesquisa realizada pelo órgão e respondida online por funcionários da área, diagnosticou falta de equipamentos de proteção individual - inclusive máscara N95 -, insuficiência de roupas, alimentação e repouso para esses profissionais, ausência de local separado para triagem de suspeitos de Covid e aumento da demanda sem redimensionar a força de pessoal. Para o MPT, as condições de trabalho dos médicos e demais profissionais da saúde, além da falta de estrutura verificada nos hospitais, são incompatíveis com a situação emergencial da saúde pública. A mesma preocupação se estende pelos demais ramos do MP para os trabalhadores dos estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços em geral.

Outras entidades e associações manifestaram apoio às medidas de isolamento ou preocupação com o relaxamento da conduta. Entre elas a Associação Médica Brasileira, o Conselho de Saúde do DF, o Sindicato dos Médicos do DF, o Sindicato dos Professores do DF a Ordem dos Advogados do Brasil no DF e o Conselho Regional de Medicina no DF.

“O Governo não pode expor a risco o direito à saúde das pessoas diante da pandemia da Covid-19, contrariando determinações de outras autoridades que apontam em sentido contrário”.

A ação aguarda recebimento na 3ª Vara de Justiça federal e tramita sob o número 1025277 20.2020.4.01.3400

Recomendação – No último dia 13, quatro ramos do Ministério Público expediram recomendação conjunta para o GDF (**relembre o caso**), após a liberação de algumas atividades não-essenciais. Na ocasião foram solicitadas explicações que justificassem o afrouxamento da quarentena. A recomendação não foi atendida.

“Trabalhamos com a garantia de um patamar mínimo: a vida”, afirma procuradora-chefe Valesca Monte em live no Metrôpoles



Procuradora-chefe do MPF-DF/TO concedeu entrevista ao vivo, pelo Instagram, para a diretora-executiva do Metrôpoles, Lillian Tahan

A procuradora-chefe do Ministério Público do Trabalho no Distrito Federal e em Tocantins (MPT-DF/TO), *Valesca de Moraes do Monte*, falou sobre as relações de trabalho em meio à pandemia do novo coronavírus e os desafios para a garantia de direitos no atual cenário. A entrevista foi conduzida pela diretora-executiva do Metrôpoles, Lillian Tahan, em live transmitida nas redes sociais do portal e pelo perfil oficial do MPT-DF/TO no Instagram.

Valesca Monte destacou que, no momento, as maiores preocupações são relacionadas ao fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPIs) que permitam a realização do trabalho sem colocar em risco a vida das pessoas.

“Proteção do emprego e estabilização da economia são muito importantes, mas ainda estamos trabalhando como a garantia de um patamar mínimo, que é a vida, a saúde do trabalhador”, afirmou a procuradora-chefe. “Muitas empresas estão abaixo desse patamar mínimo e querem quebrar as regras de isolamento e de proteção, por exemplo, sem o uso de equipamentos, sem a preocupação de fornecer material de higienização”, detalhou.

A procuradora-chefe do MPT-DF/TO enfatizou que é dever do empregador fornecer todo o material necessário para que o trabalhador evite a contaminação pelo novo coronavírus. “Temos números absurdos de descumprimento dos direitos”, afirmou. Valesca destacou que a Procuradoria está recebendo denúncias por meio de seu site.

A adoção do trabalho remoto também foi discutida na live. A procuradora destacou que podem ser cometidas violações de direitos mesmo quando o empregado está trabalhando de casa, como, por exemplo, a exigência de tarefas além do horário.

“Em teletrabalho, o empregado pode ser vítima de jornadas extenuantes, de assédio moral. Pode estar submetido a um ritmo muito grande”, explicou. Valesca esclareceu, também, que mensagens enviadas pelo chefe fora do horário de trabalho – seja por e-mail ou WhatsApp – podem ser utilizadas como comprovação de jornada de trabalho extenuante em futuros processos judiciais.

Para a procuradora-chefe, como se trata de um cenário muitas vezes inédito para empregados e trabalhadores, as rotinas de trabalho remoto devem ser muito bem estabelecidas, para evitar a violação de direitos. “A pandemia pegou a todos nós de surpresa. Estamos enfrentando situações inusitadas no mundo do trabalho, e os ajustes precisam ser feitos de forma muito clara”, afirmou.

“É preciso que as regras sejam muito bem pactuadas: estabelecer o horário de trabalho, como as tarefas serão desempenhadas e por qual meio, se WhatsApp ou se e-mail, por exemplo”, detalhou. Ela destacou que todos os acordos precisam respeitar os direitos estabelecidos. “Nosso farol é a Constituição, nada que fira aquilo que está lá colocado pode ser retirado do trabalhador.”

Valesca Monte também falou sobre decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que desobriga o trabalhador de provar um nexo causal quando for infectado pelo novo coronavírus. “É uma grande vitória. Se o empregado adoecer, ele terá acesso aos seus direitos sem precisar buscar meios de comprovar onde foi contaminado”, explicou.

Ela pontuou a necessidade de se levantar um alerta contra a precarização das relações de trabalho diante da publicação das medidas provisórias que permitem a redução salarial e a suspensão de contratos.

“Não há preocupação com a vida e com a saúde do trabalhador. Elas foram editadas visando a preservação do emprego. No bojo dessas medidas, temos normas que são absolutamente inconstitucionais, como não diferenciar trabalhadores com deficiência, por exemplo.”

A chefe do MPT-DF/TO também disse ver com preocupação a possibilidade de acordo direto entre empregados e empresários. “Os sindicatos precisam continuar fazendo o seu papel”, avaliou.

Além da atuação para garantir o direito dos trabalhadores durante a pandemia, Valesca pontuou que o Ministério Público do Trabalho destinou dinheiro para o combate ao novo coronavírus. “Foram quase R\$ 2 milhões. Dinheiro não só de multas aplicadas, mas também de acordos judiciais e termo de ajustamento de condutas (TACs) que foram redirecionados”, contou.

A procuradora também falou sobre a ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Trabalho (MPT) e o Ministério Público no Distrito Federal e Territórios (MPDFT) solicitando a suspensão das atividades consideradas como não essenciais no DF. A medida levou ao adiamento da reabertura do comércio prevista para esta segunda-feira (11/05) para a próxima semana, no dia 18 de maio.

De acordo com *Valesca Monte*, foram adotadas medidas para evitar a judicialização do assunto. “Houve a expedição de recomendações e de notas técnicas. Então, houve a confluência dos diversos ramos do MP no sentido que não se tinham dados concretos para viabilizar o retorno das atividades comerciais”, explicou.

A procuradora-chefe destacou que o DF foi uma das primeiras unidades da Federação a adotar medidas restritivas para evitar a disseminação do novo coronavírus e que as manifestações do Executivo local de retomar as atividades geraram preocupação.

“O fato é que, com a interlocução agora presidida pela Justiça Federal, nós teremos uma posição responsável, que leva em consideração todo o protocolo de recomendações”, finalizou.

MPT pede suspensão temporária das atividades do frigorífico Boi Brasil em Araguaína (TO) por surto de coronavírus



Cerca de 20% dos empregados da empresa testaram positivo para COVID-19

O Ministério Público do Trabalho em Araguaína (MPT-TO), representado pela procuradora *Cecília Amália Cunha Santos* e pelo procurador *Honorato Gomes de Gouveia Neto*, pediu, em caráter de urgência, a suspensão das atividades da Indústria e Comércio de Carnes e Derivados Boi Brasil Ltda. de Araguaína (TO), até que as medidas mínimas de segurança sejam adotadas pela empresa em relação à contaminação do novo coronavírus.

Em investigação promovida pelo órgão ministerial, a empresa informou que 31 empregados, em um total de 166, testaram positivo para COVID-19. A Boi Brasil também apresentou as medidas de precauções adotadas, como o afastamento, por 14 dias, daqueles empregados que manifestaram o vírus.

No entanto, os procuradores afirmam que a incidência de quase 20% comprova que as medidas não estão sendo suficientes. Eles questionam, por exemplo, o fato da Boi Brasil não ter afastado, também, os empregados que tiveram contato direto com quem contraiu o vírus, a fim de evitar a proliferação em massa da doença. Outro ponto é a não aquisição de teste para os trabalhadores, que utilizaram o sistema público de saúde para constatar se haviam ou não contraído o vírus.

“É imperioso destacar que, a partir das relações de trabalhadores infectados apresentadas, se verifica que a maioria destes trabalhadores executam atividades em setores produtivos. Locais estes, em que a circulação de ar é restrita, o que favorece o contágio dos trabalhadores”, explicam os procuradores.

Para os representantes do MPT, a simples negativa de afastamento daqueles que tiveram contato com trabalhadores contaminados “evidencia a desídia da Boi Brasil no tratamento do problema”. Eles ressaltam que o ambiente de trabalho de um frigorífico é fechado, pouco ventilado e propício para contaminação e que o plano de contingência apresentado sequer trata de medidas específicas para, por exemplo, a área de produção.

O pedido do MPT requer a suspensão temporária das atividades até a testagem de 100% dos empregados ou, alternativamente, pelo período de 14 dias, a fim de identificar possíveis novos casos e definir as estratégias de isolamento necessárias para conter o surto dentro do ambiente de trabalho.

A Ação também cobra que, durante a suspensão e o período de afastamento dos trabalhadores, todos tenham seus salários mantidos, como se estivessem em efetivo exercício, além de requerer a realização de higienização e descontaminação de todo o ambiente e a adoção de medidas de prevenção durante o expediente, como a distância mínima de 1,5 metro entre as pessoas.

Foi pedida indenização, a título de dano moral coletivo, de R\$ 100 mil.

No dia 2 de junho, após articulação do MPT, o frigorífico foi inspecionado pelos auditores do Trabalho, do Ministério da Economia, que constataram que não havia condições de saúde e segurança mínimas para continuidade das atividades. Por essa razão, o frigorífico foi interditado no dia 9 de junho, por força da ação dos auditores.

Processo nº 0000360-22.2020.5.10.0812

Justiça do Trabalho atende pedido do MPT e determina reintegração imediata de 42 empregados dispensados da Fogo de Chão



Órgão ministerial entrou com mandado de segurança após Decisão de primeira instância negar liminar

O desembargador Grijalbo Fernandes Coutinho atendeu aos pedidos feitos pelo procurador regional do Trabalho, *Fábio Leal Cardoso*, revertendo a **Decisão de primeira instância** e determinando a reintegração imediata dos 42 empregados dispensados pela Fogo de Chão.

Além de restabelecer o contrato de trabalho com os profissionais, garantidos os mesmos direitos e condições da época do afastamento, a Churrascaria está proibida de promover novas dispensas sem a prévia negociação com o sindicato profissional e sem antes buscar adoção de medidas atenuantes.

Mandado de segurança:

O Ministério Público do Trabalho no Distrito Federal (MPT-DF), representado pelo procurador regional Fábio Leal Cardoso, apresentou Mandado de Segurança contra Decisão da juíza Elysangela de Souza Castro Dickel, da 5ª Vara do Trabalho de Brasília, que havia negado o pedido liminar feito pelo MPT para reintegração dos trabalhadores.

O procurador regional *Fábio Leal* explica que o deferimento do pedido liminar se faz com urgência, pois, "quanto mais tardar o provimento jurisdicional, menor será a sua eficácia, ou maior será a sua ineficácia, principalmente em um momento de pandemia".

Ele destaca, também, que o pagamento das verbas rescisórias por parte da empresa só ocorreu após o MPT entrar na Justiça contra a dispensa em massa e que, antes do Processo, a Fogo de Chão buscou alegar a ocorrência do chamado “Fato do Príncipe”, com o objetivo de reduzir a quantia a ser paga aos trabalhadores dispensados.

“As negociações costumam envolver a concessão de benefícios aos trabalhadores demitidos, a reversão de parte das demissões, o aproveitamento dos trabalhadores em outras unidades, dentre outras benesses, ou seja, redundam em ações concretas e não em uma norma coletiva que irá disciplinar situações jurídicas futuras. O que se quer, em última razão, é prestigiar este expediente, a autonomia coletiva da vontade, a participação sindical e do próprio Ministério Público do Trabalho para que o trabalhador e sua categoria permaneçam resguardados e amparados frente ao poderio econômico, jurídico e social do empregador”, explica o procurador.

Em sua Decisão, o desembargador Grijalbo Coutinho pontua que o ordenamento jurídico criou uma série de hipóteses que limitam o poder do empregador em romper imotivadamente a relação de emprego, como a “vedação à dispensa em massa sem prévia negociação coletiva, estabilidades, garantias provisórias de emprego, interrupção e suspensão do contrato, bem como a proteção contra a dispensa discriminatória e obstativa de direito.”

Ele lembra que o entendimento do Tribunal Superior do Trabalho, bem como do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região é de que antes de se proceder às dispensas em massa, é necessária negociação com os sindicatos profissionais, “inclusive em razão dos reflexos que as dispensas coletivas geram para toda coletividade, aplicando-se os princípios da dignidade da pessoa humana, da função social da propriedade, da função dos contratos e da interveniência sindical obrigatória”.

Para o magistrado, “é inegável a gravidade da pandemia decorrente do novo coronavírus”, mas, como aponta o MPT, “há várias medidas alternativas à dispensa em massa” que poderiam ser tomadas.

“O trabalho humano, conforme convenções internacionais, não é uma mercadoria, nem pode ser tratado como tal, dentro ou fora de períodos de aguçada crise econômica”, desembargador Grijalbo Coutinho.

O magistrado determinou a **imediata reintegração dos 42 empregados dispensados** em Brasília (DF). Em caso de descumprimento, ficou definida **multa diária de R\$ 2 mil**, por trabalhador prejudicado.

Processo nº 0000441-79.2020.5.10.0000 – Mandado de segurança

Processo nº 0000522-13.2020.5.10.0005 – Ação Civil Pública

Justiça atende pedido do MPT-DF e determina fornecimento de EPIs em bom estado para profissionais de saúde



GDF também tem de recolher máscaras de má qualidade e publicar o estoque de EPIs disponíveis

A pandemia do novo coronavírus tem sobrecarregado, em especial, os profissionais das áreas de saúde em todo o mundo. Para cumprir com o seu mister, médicos, enfermeiros e terceirizados que laboram nas unidades de saúde, têm de se arriscar, diariamente. A utilização de Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs) é, portanto, indispensável para a preservação da saúde e segurança desses profissionais.

No último mês (junho), os números de contaminação do coronavírus dispararam no Distrito Federal. Foram 39.437. Mais que o triplo do que havia sido registrado de março até maio (9.780). As mortes também acompanham a triste estatística, saltando de 170 até maio para 587 ao final de junho.

Mas, não foram só os números de casos que aumentaram de forma exponencial. As denúncias relativas às irregularidades trabalhistas em postos de saúde pública também. O MPT recebeu dezenas de denúncias de sindicatos, sociedade civil e trabalhadores, relatando, especialmente, a ausência de EPIs ou a má qualidade dos equipamentos disponibilizados. Além disso, os principais veículos de comunicação apresentaram, quase que diariamente, problemas na rede de saúde do Distrito Federal.

No âmbito do DF, o MPT abriu procedimentos investigatórios para reunir as diversas denúncias recebidas e expediu recomendações à Secretaria de Saúde, inclusive em relação à importância de fornecer e repor equipamentos de Proteção Individuais de qualidade assegurada. Antes do ajuizamento da Ação, o MPT manteve interlocução com a Secretaria de Saúde e com o GDF, a fim de regularizar a situação.

No entanto, segundo os procuradores *Luísa Anabuki, Joaquim Nascimento, Marici Coelho e Renata Coelho*, "o GDF não atendeu de forma completa e satisfatória as requisições e ofícios encaminhados pelo Ministério Público. Houve respostas evasivas, além de sucessivas omissões e atrasos. Mas ainda que incompletas, as informações foram analisadas em laudo pericial que confirmou a tendência de queda nos estoques de EPI's, o que também foi confirmado no Painel de Monitoramento mantido pelo MPT e que é atualizado constantemente."

Os representantes do MPT alertam que há uma gradativa redução dos equipamentos distribuídos, ao contrário da demanda por EPIs, que aumenta a cada dia. Para os procuradores, "fato notório era que o GDF não monitorava a efetiva entrega e uso dos EPIs nas unidades de saúde, o que permitiu uma série de ocorrências prejudiciais à saúde dos trabalhadores".

Outro ponto que preocupa é o afastamento dos profissionais de saúde, pois, além do risco à própria vida, diminui o efetivo de profissionais na linha de frente contra a COVID-19.

"Ora, os trabalhadores da saúde nunca foram tão preciosos e os que estão na linha de frente da Covid-19 nunca foram tão demandados. E mesmo os que não estão na linha de frente precisam se proteger ainda mais, uma vez que o maior número de infectados está dentro das unidades de saúde. É mão de obra não renovável em curto período e a cada adoecimento e afastamento leva, além da saúde e vida do profissional, também a saúde de tantos outros que deixa de atender. A cada adoecimento são em média 15 dias fora da linha de frente e, dependendo da especialidade, sem substituto imediato", explicam os procuradores.

Ação Civil Pública:

A juíza Rejane Maria Wagnitz, da 19ª Vara do Trabalho de Brasília, deferiu, em parte, os pedidos do MPT.

Ela determinou que o GDF apresente, no prazo máximo de 10 dias corridos, a relação de EPIs existentes em estoque, detalhando os itens na unidade central, bem como em cada unidade de saúde, inclusive nas UPAs do DF. Os dados de EPIs disponíveis também devem constar no site oficial da Secretaria de Saúde, em até 15 dias corridos.

O GDF tem 48 horas para suspender a distribuição de EPIs "inservíveis" e recolher todos os equipamentos considerados inadequados e impróprios em até cinco dias.

Cabe, ainda, ao Governo, a fiscalização do fornecimento e uso pelos trabalhadores, com a correta manutenção, higienização, inspeção, guarda e descarte dos EPIs.

A Decisão obriga o GDF a comprovar no prazo máximo de cinco dias, as medidas adotadas para aquisição de insumos básicos para a manutenção do abastecimento de EPIs, indicando as compras e doações em andamento, bem como a previsão do recebimento dos itens.

A magistrada explica que "se por um lado há o claro risco de exposição dos profissionais de saúde à contaminação – em razão da falta ou inadequação dos equipamentos de proteção –, de outro lado existe a notória dificuldade de aquisição dos materiais necessários ao enfrentamento da doença, considerando a característica de rápida propagação do vírus. Entretanto, tais dificuldades não podem servir de escudo à obrigação de proteção dos trabalhadores da saúde, expostos diretamente e em larga proporção aos riscos de contaminação, sendo obrigação dos réus a manutenção de um meio ambiente de trabalho sadio e seguro."

O não cumprimento das obrigações resultará em multa de R\$ 100 mil, por item.

Confira a íntegra da [Decisão](#) e da [Ação Civil Pública](#).

Processo nº 0000607-54.2020.5.10.0019

MPT e MPTO ingressam com Ação para obrigar o Estado a implantar medidas de prevenção à Covid-19 para os profissionais de saúde do Hospital Regional de Araguaína (TO)



Araguaína, epicentro da pandemia no Estado, apresenta números alarmantes entre os profissionais da área da saúde vítimas da Covid-19. São 394 casos confirmados

O Ministério Público do Trabalho em Araguaína encaminhou 20 Recomendações à direção do Hospital Regional de Araguaína (HRA) para providências na área de saúde e segurança dos profissionais de saúde e dos trabalhadores nos serviços de apoio, cumprindo o Plano de Ação para enfrentamento da crise causada pela pandemia de Covid-19 e apoiando os hospitais públicos nessa tarefa.

A direção do HRA não comprovou a implementação das medidas de vigilância recomendadas pelo MPT para evitar a proliferação da Covid-19 entre os profissionais da saúde da unidade e demais prestadores de serviços.

O Ministério Público do Trabalho (MPT), representado pelo procurador Honorato Gomes de Gouveia Neto e procuradora Cecília Amália Cunha Santos e o Ministério Público do Estado do Tocantins, representado pelo promotor Saulo Vinhal da Costa, da 5ª Promotoria de Justiça de Araguaína, ajuizaram Ação Civil Pública (ACP), com pedido de liminar, contra o Estado do Tocantins, Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins. A ACP foi protocolada na 1ª Vara do Trabalho de Araguaína.

“O pedido liminar decorre da fundamentalidade dos direitos trabalhistas violados e da expressa urgência intrínseca do próprio cenário de pandemia, que exige medidas rápidas de prevenção, principalmente diante da constatação de que Araguaína abre a dianteira, em todo o Estado do Tocantins, com 394 (trezentos, e noventa e quatro) profissionais da saúde com teste positivo para o novo coronavírus – mais de 48% –, consoante consolidado no Sistema Sivep-Gripe/OpenDataSUS”, demonstra o procurador Honorato Gouveia Neto.

Os Ministérios Públicos requerem a concessão da tutela provisória, em caráter liminar para determinar aos réus a implementação de 18 providências que garantam a proteção dos trabalhadores no Hospital Regional de Araguaína.

Dentre elas:

- A contratação imediata de profissionais para repor em igual número os afastados;
- O acompanhamento de casos de trabalhadores (servidores efetivos, comissionados e temporários, terceirizados, residentes e prestadores de serviços em geral) sintomáticos do HRA, inclusive os que estão em isolamento domiciliar, sem indicação de internação hospitalar;
- Que se abstenham de, por ocupantes das camadas superiores da hierarquia funcional do HRA de cometer, permitir ou tolerar práticas assediadoras contra os trabalhadores do HRA que protestem, reclamem ou reivindiquem melhores condições de segurança e higiene do trabalho;
- Disponibilize, no prazo de até 30 dias, testes do tipo RT-PCR no laboratório do próprio HRA, o em quantidade suficiente à demanda dos trabalhadores e aparelhar, no prazo de até 30 dias, o laboratório do HRA com os equipamentos necessários à realização periódica do exame RT-PCR para SARS-CoV-2 dos trabalhadores do HRA que laboram presencialmente e desempenhem atividades em ambientes compartilhados.

Os MPs pedem dano moral coletivo, no valor de R\$ 300 mil, reais a ser revertido para ações voltadas para a promoção da saúde e segurança dos trabalhadores do Hospital Regional de Araguaína ou, subsidiariamente, ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, ou outra entidade, pública ou privada de interesse social.

Na avaliação do procurador do Trabalho, a direção do Hospital Regional não comprovou a implementação integrada com as empresas prestadoras de serviços de medidas de prevenção recomendadas, de forma a garantir o mesmo nível de proteção a todos os trabalhadores, considerando-se a responsabilidade direta do contratante de serviços terceirizados em fornecer condições de segurança, higiene e salubridade dos trabalhadores.

“Ante o número crescente de casos confirmados de Covid-19 entre os trabalhadores do HRA, é inconteste que a direção desta unidade hospitalar não vem realizando busca ativa diária, em todos os turnos de labor, em trabalhadores terceirizados, servidores públicos efetivos e comissionados, prestadores de serviços e visitantes com sintomas compatíveis com os de síndrome gripal (febre, tosse, coriza, dor de garganta e dificuldade respiratória), nem tampouco anamnese dirigida à identificação de contato com casos suspeitos ou confirmados da doença no raio de 1,5m e/ou no ambiente domiciliar”, aponta o procurador Honorato Neto.

Os membros do Ministério Público, signatários da ação, questionam a tão propalada escassez de profissionais qualificados para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e caso o índice de contágio pela mesma moléstia atinja níveis mais elevados, quem cuidaria da população, também, exposta ao mesmo vírus e igual detentora dos direitos fundamentais à vida e saúde.

“Os trabalhadores do Hospital Regional, além de a aflição generalizada decorrente da pandemia, enfrentam a fobia de estarem mais suscetíveis ao contágio pelo novo coronavírus, e; neste sentido, fica fácil deduzir o quadro de violência psicológica, apto a degradar todo o meio ambiente de trabalho, instalado na referida unidade hospitalar, em razão do notório e vultuoso número de mortes que a multicitada doença infectocontagiosa vem provocando.”, explica o procurador Honorato Neto

Denúncias

O Conselho Regional de Enfermagem de Tocantins (Coren/TO) informou ao MPT que estava recebendo reiteradas denúncias, dos profissionais da enfermagem, relativas à falta de EPIs e demais medidas protetivas nos hospitais públicos da região de Palmas, Araguaína, Gurupi, Porto Nacional e Paraíso do Tocantins.

As queixas foram formuladas por técnicos e enfermeiros da UTI-1 do Hospital Regional de Araguaína, segundo os quais não estaria ocorrendo a separação rigorosa entre pacientes internados em situação grave e aqueles com suspeitas ou confirmação de Covid-19 e, também, que trabalhadores do HRA, com sintomatologia característica de Covid-19, continuavam laborando, normalmente, fazendo, inclusive, plantões.

Apesar de sucessivas reclamações dos profissionais da saúde, a coordenação do HRA não adotou providências para proteger a equipe, limitando-se a informar que os trabalhadores com suspeita de Covid-19 deveriam procurar, por seus próprios meios, uma unidade de saúde que lhes fosse mais próxima.

Por outro lado, o Conselho Regional de Medicina (CRM), em fiscalização realizada no Hospital Regional de Araguaína, no dia 22 de junho, constatou servidores da saúde afastados por Covid-19, entre os quais 11 eram médicos comprovadamente contaminados, e outros três médicos, aguardando resultado da testagem para o novo coronavírus.

Processo nº 0000430-42.2020.5.10.0811

DESTINATÔMETRO

Desde o início da pandemia, o Ministério Público do Trabalho no Distrito Federal e no Tocantins já destinou **R\$ 1.898.508,62** para projetos de combate à COVID-19. Todas as destinações são fiscalizadas pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) - Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social, que mantém Acordo de Cooperação Técnica com o MPT.

Recentemente, a procuradora-chefe Valesca Monte e a procuradora Renata Coelho firmaram Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) em que a instituição parceira fica responsável por avaliar Equipamentos de Proteção, emitindo parecer técnico sobre as condições de saúde e segurança.

1. Laboratório Central de Saúde Pública do Estado do Tocantins - R\$ 697.000,00 - Realização de 6.000 exames relacionados ao novo coronavírus

2. Hospital Regional de Araguaína - R\$ 29.000,00 - Aquisição de monitores modulares multiparamétricos

3. Universidade Federal do Tocantins - R\$ 25.000,00 - Aquisição de impressora e insumos

4. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI - Araguaína) - R\$ 205.000,00 - Produzir 6.000 kits de higiene

5. Serviço Social do Comércio do Tocantins (SESC-TO) - R\$ 31.930,00 - Aquisição de produtos de limpeza e de higiene pessoal



6. Centro de Referência em Saúde do Trabalhador do Distrito Federal (CEREST-DF) - R\$ 103.350,00 - Aquisição de EPIs (máscaras apropriadas)

7. Abrigo dos Excepcionais de Ceilândia - R\$ 39.620,16 - Aquisição de remédios, comida e material de higiene

8. Universidade Federal do Tocantins (UFT) e Atacadão S.A. - R\$ 47.240,28 - Cestas básicas e produtos de higiene para 11 comunidades

9. Meia Dúzia Produções (Projeto PcD Legal) - R\$ 28.000,00 - Confecção de material informativo sobre à COVID-19

10. Vila do Pequeno Jesus - R\$ 30.000,00 - Materiais e insumos de prevenção ao contágio do novo coronavírus

11. Casa de Ismael - Lar da Criança - R\$ 30.000,00 - Materiais e insumos de prevenção ao contágio do novo coronavírus

12. Faculdade de Tecnologia da Universidade de Brasília (Laboratório Aberto) / Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec) - R\$ 297.586,19 - 2 mil protetores faciais (face shields)

13. Organização Internacional do Trabalho (OIT) - R\$ 61.018,53 - Combate ao avanço da pandemia

14. Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB) - R\$ 50.000,00 - Combate ao avanço da pandemia

15. Associação DF Down - R\$ 50.000,00 - Combate ao avanço da pandemia

16. Obras Sociais do Centro Espírita Irmão Áureo - R\$ 50.000,00 - Combate ao avanço da pandemia

17. Universidade Federal do Tocantins - R\$ 68.930,00 - Ação emergencial de extensão, assistência e de prevenção à COVID-19 nas aldeias das etnias do norte do Tocantins (Bico do Papagaio) e em comunidade remanescente quilombola do entorno de Araguaína

18. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Distrito Federal - R\$ 15.213,60 - Combate ao avanço da pandemia

19. Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec) da Universidade de Brasília (UnB) - R\$ 250.000,00 - Projeto de manutenção de respiradores mecânicos

MPT no Tocantins destina mais R\$ 700 mil para o combate ao novo Coronavírus no Estado



MPT CONTRA O CORONAVÍRUS

MPT-TO DESTINA MAIS DE
R\$ 700 MIL
PARA COMBATE E PREVENÇÃO DO
CORONAVÍRUS

Recurso será aplicado na realização
de exames, na fabricação de máscaras
e na compra de monitores para Hospital

 **MPT**
Ministério Público do Trabalho
no Distrito Federal e no Tocantins

Recurso será aplicado na realização de exames laboratoriais, na fabricação de máscaras de proteção e na compra de monitores para acompanhar a evolução dos indicadores de saúde dos pacientes

Atuação conjunta dos procuradores *Cecília Amália Cunha Santos*, *Gisela Nabuco Magela Sousa* e *Paulo Cezar Antun de Carvalho*, do do Ministério Público do Trabalho no Tocantins, resultou em destinações sociais para o combate ao contágio do Coronavírus no Estado.

Foram destinados R\$ 697 mil para a realização seis mil exames relacionados ao novo Coronavírus por três meses, além de aquisição de insumos, máquinas e equipamentos de uso permanente para o Laboratório Central da Saúde Pública do Estado do Tocantins (LACEN-TO).

Outros R\$ 29 mil para a aquisição de monitores modulares multiparamétricos – que acompanham os respiradores necessários para o tratamento de pacientes com COVID-19 – a serem utilizados pelo Hospital Regional de Araguaína (TO).

Também foram destinados R\$ 25 mil para aquisição de impressoras e insumos a serem utilizadas pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) para fabricação de protetor facial – equipamento de proteção individual necessário para os profissionais da área da saúde –. e de peças de reposição dos respiradores e ventiladores.

De acordo com o procurador Paulo Cezar Carvalho, “o objetivo é que haja reversão dos valores existentes em benefício da sociedade tocantinense”.

Acordo firmado com Centauro garante R\$ 250 mil para recuperação de respiradores na luta contra o coronavírus



Valor foi revertido para Universidade de Brasília

O Ministério Público do Trabalho (MPT) e a SBF Comércio de Produtos Esportivos Ltda. (Centauro) concordaram em modificar o Acordo feito anteriormente, dando nova destinação à indenização fixada em Processo movido pelo órgão ministerial contra a empresa, que resultou em indenização de R\$ 1 milhão, além de obrigações de fazer.

Estava programada a destinação de R\$ 250 mil para o projeto "Centauro Transforma", que visa apoiar instituições esportivas, impactando na vida de jovens brasileiros. No entanto, em decorrência da pandemia, não foi possível cumprir a destinação, sendo necessário um aditamento ao Acordo.

As partes concordaram em destinar o valor de R\$ 250 mil para a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec) da Universidade de Brasília (UnB), que ficará responsável por desenvolver projeto de manutenção de respiradores mecânicos que estão sem uso, para serem utilizados no tratamento de pacientes internados em razão do novo coronavírus.

De acordo com o professor Edson Mintsu Hung, do Departamento de Engenharia Elétrica da UnB, “o Projeto visa realizar a manutenção corretiva de ventiladores mecânicos, respeitando as normas de segurança impostas pelo Ministério da Saúde e a ANVISA ao custo menor que um equipamento novo”.

Segundo o professor, a expectativa é que possam ser reaproveitados cerca de 70% dos equipamentos recebidos, com os insumos necessários para a manutenção correta. Até o momento, 80 respiradores foram recebidos e 19 já estão disponíveis para uso.

Um equipamento novo custa em torno de R\$ 72 mil, enquanto o conserto gira em torno de R\$ 30 mil por unidade, a depender das peças que precisam ser repostas.

A procuradora *Luísa Nunes de Castro Anabuki* foi a responsável no MPT pela condução do novo Acordo. Serão duas parcelas de R\$ 125 mil. A primeira foi paga no último dia 10 de julho, e a próxima está agendada para 10 de agosto.

A juíza Simone Soares Bernardes homologou o aditamento do Acordo Judicial e destacou que o fazia “com satisfação”, tendo em vista o contexto que hoje atinge o país e as consequências sociais e econômicas decorrentes da pandemia.

Confira imagens:





Técnicos - UnB



Técnicos - UnB

Fotos: Moacir Evangelista / Edson Mintsu

Processo nº 0001506-78.2012.5.10.0004

MPT-DF destina recursos para a Finatec e garante fabricação de 2 mil protetores faciais para agentes da Papuda



As primeiras 250 unidades foram entregues à Secretaria de Administração Penitenciária na última sexta-feira (19/6)

Com o objetivo de proteger a saúde dos servidores e da população carcerária do Distrito Federal, o Ministério Público do Trabalho, representado pela procuradora *Daniela Costa Marques*, destinou R\$ 300 mil para aquisição de equipamentos e matéria prima para a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), que vai produzir, por meio do projeto Produção Vida 2020, 2 mil protetores faciais – face shield – para os agentes do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, composto por seis unidades do complexo da Papuda, a Penitenciária Feminina (Colméia) e o Centro de Progressão Penitenciária (CCP).

O Complexo Penitenciário da Papuda chegou a ser a região do Distrito Federal com o maior número de infectados pela Covid-19. Segundo Boletim Epidemiológico divulgado pela Secretaria de Estado de Saúde nesta segunda-feira (22/6), 1.073 presos foram infectados pelo novo coronavírus e foram registrados quatro óbitos. Atualmente, o Sistema Penitenciário do Distrito Federal conta com 1,9 mil servidores e tem população carcerária estimada em 15,3 mil detentos.

Para acompanhar a questão de perto, o Ministério Público do Trabalho no Distrito Federal instituiu o Grupo de Trabalho (GT) Sistema Prisional, com objetivo de acompanhar o plano de prevenção, contenção e enfrentamento do Covid-19 no sistema penitenciário do DF. O GT é composto pela procuradora *Daniela Costa Marques* (coordenadora) e pelos procuradores *Charles Lustosa Silvestre* e *Angelo Fabiano Farias da Costa*.

A procuradora *Daniela Costa Marques* ressalta que o MPT tem priorizado a destinação de recursos para o combate emergencial da pandemia do novo coronavírus. “É pública e notória a situação árdua que o país e o mundo estão passando. A pandemia da Covid-19 trouxe problemas não só relacionados à saúde propriamente dita – rápida evolução da doença, ausência de vacina e medicamentos, número de mortes, falta de leitos nos hospitais –, mas também a falta de equipamentos de proteção à população e profissionais da linha de frente, ao isolamento e às questões sociais”, afirma.

O chefe de gabinete Érito Pereira da Cunha, da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal, também destaca a importância dessa destinação para o combate ao contágio da Covid-19 nas unidades penitenciárias. "Não há dúvida de que essa doação vem para auxiliar ainda mais, para que os nossos policiais e o pessoal da saúde, que têm esse enfrentamento mais próximo, fique mais protegido."

Projeto de fabricação das máscaras

O projeto Produção Vida 2020 é conduzido pelo Laboratório Aberto de Brasília (LAB), fruto de parceria entre Universidade de Brasília (UnB) e a Finatec. As máscaras são criadas por alunos de graduação e de pós-graduação de diversos cursos da UnB e por professores da Faculdade de Tecnologia. Para mais informações sobre o projeto, acesse: <http://www.laboratorioaberto.com.br/>.

A coordenadora do LAB, professora doutora Andréa Cristina dos Santos, explica que o investimento na infraestrutura do Laboratório será aproveitado após a pandemia, permitindo a criação de novos produtos para a comunidade. "As máquinas não são exclusivas para a produção do protetor facial. São máquinas de manufatura aditiva que podem ser utilizadas para a fabricação de diferentes produtos. O maquinário será aproveitado para o oferecimento de serviços para a comunidade e para treinar profissionais para a indústria do futuro", afirma



Alunos e professores participam de fabricação das máscaras

A Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos é entidade de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecida como fundação de apoio à pesquisa, que presta serviços à Universidade de Brasília. "A Finatec possui credenciamento com os Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia para prestar apoio à UnB. Por força de lei, esse apoio se dá na forma de gestão dos projetos de pesquisa, desenvolvimento institucional, científico, tecnológico e de extensão", explica o superintendente da Finatec, Gustavo Condeixa.

Os projetos desenvolvidos pela Finatec recebem doações de pessoas físicas e jurídicas. Para doar, acesse o endereço eletrônico: <https://www.finatec.org.br/doacoes-apoio-pesquisas>.

Processo nº 0013100-46.2009.5.10.0020



PROCEDIMENTOS PROMOCIONAIS

O MPT-DF/TO abriu, de ofício, Procedimentos Promocionais para agrupar as denúncias relativas aos **setores e categorias mais afetados** pela pandemia do coronavírus. A finalidade é fomentar a promoção de interesses cuja relevância social justifique a tutela do órgão. Foram identificadas **14 categorias**, tendo sido instaurados **55 Procedimentos Promocionais** para acompanhamento das consequências nos respectivos setores.

1. Profissionais da saúde
2. Condições de trabalho em supermercados
3. Transportes urbano de passageiros
4. Transporte de mercadorias por aplicativo
5. Políticas públicas de combate ao trabalho infantil
6. Sistema prisional
7. Educação Pública e Privada
8. Saúde e segurança em frigoríficos
9. Manutenção de estágio e aprendizagem social
10. Trabalho na Administração Pública
11. Teletrabalho
12. Limpeza Urbana
13. Hospitais psiquiátricos
14. Empresas de comunicação

PARCERIAS INTERINSTITUCIONAIS

Com o objetivo de combater os efeitos da pandemia no mundo do trabalho, o Ministério Público do Trabalho no Distrito Federal e no Tocantins atuou, de forma conjunta, com os demais ramos do Ministério Público da União.

No Distrito Federal e no Tocantins foram feitas parcerias com o Ministério Público Federal, Ministério Público no Distrito Federal e Territórios (MPDFT), Ministério Público de Contas do DF e com o Ministério Público Estadual do Tocantins (MPTO).

Foram ajuizadas **Ações Civas Públicas**, expedidas **Recomendações Conjuntas**, além de duas **campanhas** divulgadas nas redes sociais do MPT e das instituições parceiras.

Ações Civas Públicas:

1. [MPF, MPT e MPDFT pedem a suspensão imediata das atividades não-essenciais no DF - Processo nº 1025277 20.2020.4.01.3400](#)
2. [MPF e MPT entram com ACP para a União instituir o trabalho remoto como regra no Executivo Federal - Processo nº 1028547-52.2020.4.01.3400](#)
3. [MPT e MPTO ingressam com Ação para obrigar o Estado a implantar medidas de prevenção à Covid-19 para os profissionais de saúde do Hospital Regional de Araguaína \(TO\) - Processo nº 0000430-42.2020.5.10.0811](#)
4. [MPT, MPF e MPTO obtêm decisão favorável na Justiça Federal para regularização dos estoques de insumos do Lacen/TO - Processo nº 1004314-07.2020.4.01.4300](#)



PARCERIAS INTERINSTITUCIONAIS

Recomendações conjuntas:

- [1. MPT, MPF, MPDFT e MP de Contas questionam relaxamento de medidas de isolamento no Distrito Federal](#)
- [2. Ministérios Públicos recomendam regularização dos serviços de testagem para a COVID-19 no Tocantins](#)
- [3. MPT no Tocantins e MPF recomendam aos estabelecimentos comerciais a não coagirem seus empregados a participarem de atos ou eventos públicos](#)
- [4. MPs orientam dirigentes religiosos que celebrações presenciais em Palmas \(TO\) sejam substituídas por alternativas que não gerem aglomeração](#)
- [5. MPT e MPTO recomendam atuação conjunta de órgãos de controle sanitário no Tocantins para contenção do Coronavírus](#)
- [6. MPT no Tocantins e MPTO expedem recomendação para que instituições financeiras de Gurupi adotem medidas de prevenção de contágio do Coronavírus](#)

Campanhas:

1. *Como anda o meu ônibus*

O Ministério Público do Trabalho no Distrito Federal aderiu ao Projeto *Como anda o meu ônibus*, em parceria com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e com o Instituto de Fiscalização e Controle (IFC). O Projeto tem como objetivo identificar a realidade dos motoristas e cobradores dos transportes coletivos, em decorrência da pandemia.

Foi desenvolvido um questionário online, para os profissionais e usuários, com o intuito de avaliar o cumprimento das medidas de proteção e prevenção à doença dentro dos ônibus. As respostas coletadas servem como base para atuação institucional dos órgãos, a fim de garantir o cumprimento das medidas de proteção à saúde de trabalhadores e passageiros.



2. *Eu faço a minha parte*

A campanha *Eu faço a minha parte* do MPT-DF com MPDFT e MP de Contas pretende sensibilizar a população brasiliense sobre a importância do descarte correto de lixo residencial. Foram sete publicações nas redes sociais, com informações relevantes sobre o descarte correto de EPIs de pessoas contaminadas pelo coronavírus, benefícios da coleta seletiva, como fazer a separação correta do lixo, entre outros.

Um dos pontos mais sensíveis da campanha é a garantia de renda e de trabalho digno aos catadores. A informação veiculada contribui com o trabalho dos profissionais, pois promove o aquecimento do mercado de reciclagem, com mais geração de emprego e melhores condições de trabalho.



REDES SOCIAIS - MPT-DF/TO

As redes sociais do MPT-DF/TO são as portas de entrada da comunicação do órgão com a sociedade. Durante a pandemia, o conteúdo divulgado nas mídias foram, essencialmente, direcionados às atividades finalísticas dos procuradores, na atuação de combate às irregularidades trabalhistas enfrentadas em decorrência da pandemia.

Durante os quatro meses de teletrabalho, foram divulgadas notícias, Notas Técnicas, entrevistas, artigos, lives, campanhas publicitárias, destinações e estatísticas da atuação do MPT-DF/TO.

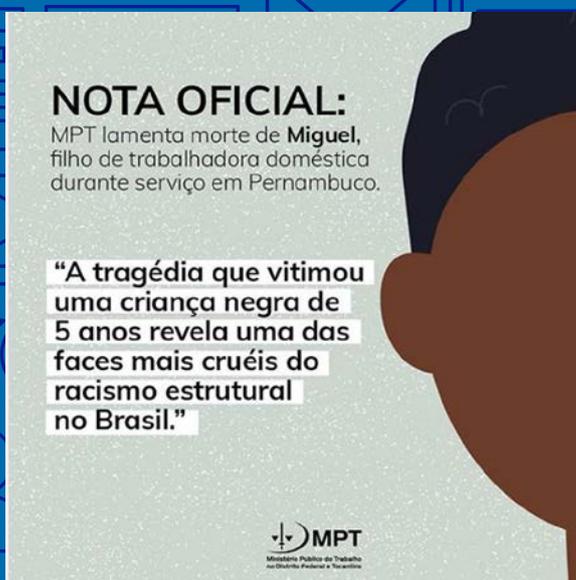
Atualmente, são três redes sociais: **Facebook, Twitter e Instagram**, sendo este último o mais recente. Em decorrência da mudança comunicacional, o Instagram é o que tem apresentado os resultados mais expressivos. Durante a pandemia, houve um crescimento de **quase 20% no número de seguidores (de 4.400 para 5.101)**.

Também foi procedida a verificação da conta oficial da Instituição, que garante mais credibilidade e a certeza, para os seguidores, que aquele perfil é realmente o do Ministério Público do Trabalho no Distrito Federal e no Tocantins.

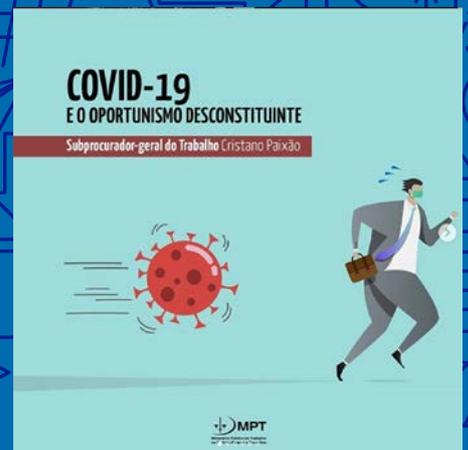


A publicação de maior destaque na rede social foi a divulgação da Nota oficial do MPT, em que lamenta a morte de Miguel, filho de trabalhadora doméstica em Pernambuco. A nota, redigida pelos procuradores da Coordenadoria de Promoção da Igualdade de Oportunidades e Eliminação, destaca que “a tragédia que vitimou uma criança negra de 5 anos revela uma das faces mais cruéis do racismo estrutural no Brasil”.

Foram 294 curtidas, 11 comentários, 103 encaminhamentos e 12 salvamentos.



REDES SOCIAIS - MPT-DF/TO



MPT NA MÍDIA

DISTRITO FEDERAL:

- **GDF tem até amanhã para dar explicações ao Ministério Público (16/4)** - <https://globoplay.globo.com/v/8487096>
- **Justiça Federal dá 48 horas para GDF explicar decretos para relaxar isolamento social (29/4)** - <https://globoplay.globo.com/v/8517498/programa/>
- **Justiça Federal dá 48 horas para GDF explicar liberação de atividades em meio à pandemia (29/4)** - <https://globoplay.globo.com/v/8518402/programa/>
- **Governo do DF recua e adia volta das atividades (30/4)** - <https://globoplay.globo.com/v/8521333/programa/>
- **Processo sobre retomada das atividades no DF está pronto para decisão da Justiça Federal (5/5)** - <https://globoplay.globo.com/v/8532231/programa/>
- **Justiça Federal impede publicação de novos decretos para reabertura do comércio (6/5)** - <http://globoplay.globo.com/v/8534814/programa>
- **Juíza Federal e governador se reúnem para discutir retomada do comércio (7/5)** - <https://globoplay.globo.com/v/8537651>
- **Veja bastidores da reunião entre a Justiça e o GDF no Palácio do Buriti (7/5)** - <https://globoplay.globo.com/v/8540529>
- **Justiça Federal autoriza retomada gradual das atividades no DF (15/5)** - <https://globoplay.globo.com/v/8556303>
- **MP vai recorrer de decisão que cancelou obrigação do GDF de cumprir abertura gradual (20/5)** - <https://globoplay.globo.com/v/8566673/programa/>
- **MPT cobra ações do governo para prevenir infecções nos presídios (17/4)** - <http://globoplay.globo.com/v/8489784/programa/> e <https://globoplay.globo.com/v/8488870/programa/>
- **Ministério Público pede para servidores da Esplanada trabalharem de casa (19/5)** - <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2020/05/19/ministerio-publico-pede-para-servidores-da-esplanada-trabalharem-de-casa>
- **Coronavírus: MPs questionas governo sobre reabertura do comércio (14/4)** - <https://www.metropoles.com/distrito-federal/coronavirus-mps-questionas-governo-sobre-reabertura-do-comercio>
- **Ministério Público questiona GDF sobre reabertura de comércios (14/4)** - https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2020/04/14/interna_cidadesdf.844616/ministerio-publico-questiona-gdf-sobre-reabertura-de-comercios.shtml

- **Coronavírus: MPDFT questiona GDF sobre reabertura do comércio (14/4)** - <https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/comunicacao-menu/sala-de-imprensa/noticias/noticias-2020/noticias-covid/11812-coronavirus-mpdft-questiona-gdf-sobre-reabertura-do-comercio>
- **MPs dão 48h para GDF se manifestar sobre liberação de atividades (15/4)** - <http://blogs.correiobraziliense.com.br/cb poder/mps-dao-48h-para-gdf-se-manifestar-sobre-liberacao-de-atividades/>
- **Ministério Público pede explicações sobre reabertura de parte do comércio no DF (15/4)** - <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/04/15/ministerio-publico-pede-explicacoes-sobre-reabertura-de-parte-do-comercio-no-df.ghtml>
- **Ministério Público vai à Justiça para impedir liberação do comércio em meio à pandemia de coronavírus no DF (28/4)** - <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/04/28/ministerio-publico-vai-a-justica-para-impedir-liberacao-do-comercio-em-meio-a-pandemia-de-coronavirus-no-df.ghtml>
- **Coronavírus: Justiça Federal dá 48 horas para GDF explicar liberação de parte de atividades (28/4)** - <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/04/28/coronavirus-justica-federal-da-48-horas-para-gdf-explicar-liberacao-de-parte-das-atividades.ghtml>
- **Ibaneis adia para 11 de maio reabertura do comércio e multa para quem não usar máscaras (29/4)** - <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/04/29/ibaneis-adia-para-11-de-maio-reabertura-do-comercio-e-multa-para-quem-nao-usar-mascaras-no-df.ghtml>
- **Justiça dá 48h para governo Bolsonaro e o do DF explicarem fim de isolamento (29/4)** - <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2020/04/29/justica-da-48h-para-governo-bolsonaro-e-o-do-df-explicarem-fim-de-isolamento>
- **Justiça pede esclarecimentos ao GDF sobre reabertura do comércio (29/4)** - <https://www.metropoles.com/colunas-blogs/grande-angular/justica-pede-esclarecimentos-ao-gdf-sobre-reabertura-do-comercio>
- **MPs pedem fechamento imediato de atividades não essenciais no DF (29/4)** - <https://www.metropoles.com/distrito-federal/mps-pedem-fechamento-imediato-de-atividades-nao-essenciais-no-df>
- **MPs pedem a suspensão imediata das atividades não essenciais no DF (28/4)** - https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2020/04/28/interna_cidadesdf.849389/mps-pedem-a-suspensao-imediata-das-atividades-nao-essenciais-no-df.shtml
- **Ação movida por MPs pedem a suspensão imediata de atividades não essenciais no DF (28/4)** - <https://jornaldebrasil.com.br/cidades/acao-movida-por-mps-pedem-a-suspensao-imediata-de-atividades-nao-essenciais-no-df/>
- **Coronavírus: MP tenta impedir reabertura do comércio no DF (29/4)** - <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2020-04/coronavirus-mp-tenta-impedir-reabertura-do-comercio-no-df>
- **GDF à Justiça Federal: “Afrouxamento de medidas restritivas é justificado” (1º/5)** - <https://www.metropoles.com/colunas-blogs/grande-angular/gdf-a-justica-federal-afrouxamento-de-medidas-restritivas-e-justificado>

- **Ibaneis vai mostrar à Justiça que atos do GDF não causaram risco à população (6/5)** - <https://jornaldebrasil.com.br/cidades/ibaneis-vai-mostrar-a-justica-que-atos-do-gdf-nao-causaram-risco-a-populacao>
- **Justiça Federal impede reabertura de comércio no DF (6/5)** - <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/05/06/justica-federal-impede-reabertura-de-comercio-no-df.ghtml>
- **Justiça Federal suspende ampliação do funcionamento do comércio no DF (6/5)** - <https://www.metropoles.com/distrito-federal/justica-federal-suspende-ampliacao-do-funcionamento-do-comercio-no-df>
- **Ibaneis diz que vai mostrar à Justiça dados para a reabertura do comércio (6/5)** - <https://www.metropoles.com/colunas-blogs/grande-angular/ibaneis-diz-que-vai-mostrar-a-justica-dados-para-a-reabertura-do-comercio>
- **Ibaneis adia para 18 de maio a reabertura do comércio no DF (7/5)** - <https://www.metropoles.com/colunas-blogs/janela-indiscreta/ibaneis-adia-para-18-de-maio-a-reabertura-do-comercio-no-df>
- **Ibaneis sobre abertura do comércio: “Não é luta entre MP, Judiciário e GDF” (7/5)** - <https://www.metropoles.com/distrito-federal/ibaneis-sobre-abertura-do-comercio-nao-e-luta-entre-mp-judiciario-e-gdf>
- **MPs insistem em comércio ficar fechado no DF: “Perigo iminente” (14/5)** - <https://www.metropoles.com/colunas-blogs/grande-angular/mps-insistem-em-comercio-ficar-fechado-no-df-perigo-iminente>
- **Justiça Federal autoriza reabertura gradual do comércio no DF; veja proposta (15/5)** - <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/05/15/justica-federal-autoriza-reabertura-gradual-do-comercio-no-df-veja-proposta.ghtml>
- **Justiça Federal libera retomada do comércio, mas escalona atividades no DF (15/5)** - <https://www.metropoles.com/distrito-federal/justica-federal-libera-retomada-do-comercio-mas-escalona-atividades-no-df>
- **Retomada das atividades comerciais no DF será em blocos, a cada 15 dias (15/5)** - https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2020/05/15/interna_cidadesdf.855065/retomada-das-atividades-comerciais-no-df-sera-em-blocos-a-cada-15-dia.shtml
- **Justiça determina reabertura escalonada do comércio no DF (15/5)** - <https://jornaldebrasil.com.br/cidades/justica-determina-reabertura-escalonada-do-comercio-no-df/>
- **Justiça Federal autoriza reabertura gradual de lojas em Brasília (15/5)** - <https://agencia-brasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-05/justica-federal-autoriza-reabertura-gradual-de-lojas-em-brasil>
- **Justiça anula decisão que determinou retomada escalonada do comércio no DF (19/5)** - <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/05/19/justica-suspende-decisao-que-determinou-retomada-escalonada-do-comercio-no-df.ghtml>
- **Justiça derruba decisão que determina reabertura escalonada do comércio (19/5)** - <https://www.metropoles.com/colunas-blogs/janela-indiscreta/justica-derruba-decisao-que-determina-reabertura-escalonada-do-comercio>

- **TRF1 derruba decisão judicial sobre reabertura de comércio no DF (20/5)** - <https://agencia-brasil.ebc.com.br/justica/noticia/2020-05/trf1-derruba-decisao-judicial-sobre-reabertura-de-comercio-no-df>

- **DF: MPs vão recorrer de decisão que derruba abertura escalonada do comércio (20/5)**
- <https://www.metropoles.com/distrito-federal/df-mps-vao-recorrer-de-decisao-que-derruba-abertura-escalonada-do-comercio>

- **MPT e MPF ajuizam ação para que União mantenha servidores em teletrabalho (19/5)**
- <https://www.metropoles.com/colunas-blogs/grande-angular/mpt-e-mpf-ajuizam-acao-para-que-uniao-mantenha-servidores-em-teletrabalho>

- **MPF entra com ação para proibir trabalho presencial no serviço público não essencial (19/5)** - <https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/mpf-entra-com-acao-para-proibir-trabalho-presencial-no-servico-publico-nao-essencial.html>

- **Ministério Público pede para servidores da Esplanada trabalharem de casa (19/5)** - <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2020/05/19/ministerio-publico-pede-para-servidores-da-esplanada-trabalharem-de-casa>

- **MPF e MPT acionam governo por retomar trabalho presencial em meio à pandemia (19/5)**
- <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/05/19/mpf-e-mpt-acionam-governo-por-retomar-trabalho-presencial-em-meio-a-pandemia.ghtml>

- **MPT e MPF ajuizam ação para que União mantenha servidores em teletrabalho (19/5)** - <https://anajus.org.br/mpt-e-mpf-ajuizam-acao-para-que-uniao-mantenha-servidores-em-teletrabalho/>

- **MPF e MPT entram na Justiça para tornar teletrabalho de servidores obrigatório (20/5)**
- <http://blogs.correiobraziliense.com.br/papodeconcurseiro/mpf-e-mpt-entram-na-justica-para-tornar-teletrabalho-de-servidores-obrigatorio/>

- **Coronavírus: Metrôfaz live com procuradora-chefe do MPT às 16h (11/5)** - <https://www.metropoles.com/distrito-federal/coronavirus-metropoles-faz-live-com-procuradora-chefe-do-mpt-as-16h>

- **“Trabalhamos com a garantia de um patamar mínimo: a vida”, diz procuradora (12/5)** - <https://www.metropoles.com/colunas-blogs/grande-angular/trabalhamos-como-a-garantia-de-um-patamar-minimo-a-vida-diz-procuradora>

- **DF: professores acionam Ministério Público contra volta às aulas (28/4)** - <https://www.metropoles.com/distrito-federal/df-professores-acionam-ministerio-publico-contra-volta-as-aulas>

- **Coronavírus: MPT cobra que Metrô-DF transporte menos passageiros (12/4)** - <https://www.metropoles.com/colunas-blogs/janela-indiscreta/coronavirus-mpt-cobra-que-metro-df-transporte-menos-passageiros>

- **Acordo destina valores de multa para compra de EPIs para prevenção da covid-19 (6/5)** - <https://www.trt10.jus.br/ascom/?pagina=showNoticia.php&ponteiro=53497>

- **MPT investiga denúncias contra operadoras de telemarketing no DF (8/4)** - <https://www.metropoles.com/distrito-federal/mpt-investiga-denuncias-contras-operadoras-de-telemarketing-no-df>
- **MPT reforça direitos dos trabalhadores em meio à pandemia** - <http://jornalismo.iesb.br/2020/04/08/mpt-reforca-direitos-dos-trabalhadores-em-meio-pandemia/>
- **MPF questiona decisão que derrubou abertura escalonada do comércio no DF (22/5)** - <https://www.metropoles.com/colunas-blogs/grande-angular/mpf-questiona-decisao-que-derrubou-abertura-escalonada-do-comercio-no-df>
- **MPF recorre de decisão que dá ao GDF autonomia para reabrir o comércio (22/5)** - https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2020/05/21/interna_cidadesdf.857223/mpf-recorre-de-decisao-que-da-ao-gdf-autonomia-para-reabrir-o-comercio.shtml
- **Câmara Legislativa e MPT investigam más condições de trabalho em call centers (4/6)** - <https://globoplay.globo.com/v/8602577/programa/>
- **Balanco Geral: Trabalho infantil pode aumentar com pandemia (6/6)** - <https://www.instagram.com/p/CBGnMRzDp5V/>
- **TRF decide que Justiça Federal tem competência para tratar de isolamento social (9/6)** - <https://globoplay.globo.com/v/8612654/>
- **Justiça revoga decisão que dava autonomia para GDF decidir sobre isolamento (9/6)** - <https://globoplay.globo.com/v/8613393/programa/>
- **Hoje é o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil (12/6)** - <https://globoplay.globo.com/v/8621023/>
- **Ministério Público pede para Justiça obrigar GDF a manter isolamento em 60% (18/6)** - <https://globoplay.globo.com/v/8635322/programa/>
- **Justiça Federal manda suspender qualquer nova retomada de atividades no DF (22/6)** - <https://globoplay.globo.com/v/8642935/programa/>
- **Justiça anula decisão que dá autonomia ao GDF para decidir sobre isolamento (9/6)** - https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2020/06/08/interna_cidadesdf.862200/trf-decide-que-justica-tem-competencia-para-analisar-isolamento-no-df.shtml
- **Justiça rechaça escalonamento, mas pode decidir sobre flexibilização no DF (9/6)** - <https://www.metropoles.com/colunas-blogs/grande-angular/justica-mantem-decisao-que-derrubou-reabertura-escalonada-do-comercio-no-df>
- **Justiça Federal revoga decisão que dava autonomia ao GDF para decidir sobre medidas de isolamento social (9/6)** - <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/06/09/justica-federal-revoga-decisao-que-dava-autonomia-ao-gdf-para-decidir-sobre-medidas-de-isolamento-social.ghtml>
- **MP entra na Justiça para obrigar DF a elevar isolamento social (17/6)** - <https://veja.abril.com.br/blog/radar/mp-entra-na-justica-para-obrigar-df-a-elevar-isolamento-social/>

- **Ministério Público vai à Justiça para que governo do DF garanta 60% de isolamento social (18/6)** - <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/06/18/ministerio-publico-vai-a-justica-para-que-governo-do-df-garanta-60percent-de-isolamento-social.ghtml>
- **Procuradores acionam Justiça para que GDF garanta 60% de isolamento social (18/6)** - <https://www.metropoles.com/colunas-blogs/grande-angular/procuradores-acionam-justica-para-que-gdf-garanta-60-de-isolamento-social>
- **MPT-DF pede reintegração de 225 empregados dispensados pela Fogo de Chão (19/6)** - <https://www.metropoles.com/distrito-federal/mpt-df-pede-reintegracao-dos-empregados-dispensados-pela-fogo-de-chao>
- **Justiça impede GDF de liberar salões, academias, bares e restaurantes (19/6)** - <https://www.metropoles.com/colunas-blogs/grande-angular/justica-impede-gdf-de-liberar-saloes-academias-bares-e-restaurantes>
- **Juíza federal proíbe DF de reabrir novas atividades não essenciais (19/6)** - <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/06/21/juiza-federal-proibe-df-de-reabrir-novas-atividades-nao-essenciais.ghtml>
- **Juíza federal proíbe GDF de reabrir mais atividades não essenciais (19/6)** - https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2020/06/21/interna_cidadesdf.865630/juiza-federal-proibe-gdf-de-reabrir-mais-atividades-nao-essenciais.shtml
- **MPs defendem ampliação da quarentena no DF: “Por mais amargo que seja” (22/6)** - <https://www.metropoles.com/distrito-federal/mps-defendem-ampliacao-da-quarentena-no-df-por-mais-amargo-que-seja>
- **MPT destina recurso para compra de protetores faciais a policiais penais (23/6)** - <https://www.metropoles.com/distrito-federal/mpt-destina-recurso-para-compra-de-protetores-faciais-a-policiais-penais>
- **CORONAVÍRUS: Ministério Público recorre de decisão que permite ao GDF retomar novas atividades (26/6)** - <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/06/27/coronavirus-ministerio-publico-recorre-de-decisao-que-permite-ao-gdf-retomar-novas-atividades.ghtml>
- **MPF recorre da decisão que libera flexibilização do comércio no DF (26/6)** - <https://www.metropoles.com/colunas-blogs/janela-indiscreta/mpf-recorre-da-decisao-que-libera-flexibilizacao-do-comercio-no-df>
- **MPT cobra do GDF plano de fluxo do transporte coletivo para retorno de atividades (30/6)** - <https://www.metropoles.com/distrito-federal/mpt-cobra-do-gdf-plano-de-fluxo-do-transporte-coletivo-para-retorno-de-atividades>
- **DF: faculdade particular tem 5 dias para explicar ao MPT demissões em massa (1º/7)** - <https://www.metropoles.com/distrito-federal/df-faculdade-particular-tem-5-dias-para-explicar-ao-mpt-demissoes-em-massa>
- **Justiça determina que Fogo de Chão recontrate 42 funcionários no DF (1º/7)** - <https://www.metropoles.com/distrito-federal/justica-determina-que-fogo-de-chao-recontrate-42-funcionarios-no-df>

- **Churrascaria terá de recontratar 414 empregados demitidos, decide Justiça (1/7)** - https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2020/07/01/interna_cidadesdf.868592/churrascaria-tera-de-recontratar-414-empregados-demitidos-decide-just.shtml

- **Professores vão ao MPT para tentar barrar abertura de escolas no DF (2/7)** - <https://www.metropoles.com/distrito-federal/professores-vaio-ao-mpt-para-tentar-barrar-abertura-de-escolas-no-df>

- **Liminar determina que Iges forneça EPIs aos servidores do Hospital de Base (2/7)** - <https://www.metropoles.com/distrito-federal/justica-distrito-federal/liminar-determina-que-iges-forneca-epis-aos-servidores-do-hospital-de-base>

- **GDF tem 10 dias para apresentar relatório sobre EPI's disponíveis na Saúde** - https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2020/07/02/interna_cidadesdf.868933/gdf-tem-10-dias-para-apresentar-relatorio-sobre-epi-s-disponiveis-na-s.shtml

TOCANTINS:

- **Empresários se organizam para pagar funcionários (26/3)** - <https://globoplay.globo.com/v/8434989/>

- **Órgãos de fiscalização pedem que prefeituras mantenham medidas de isolamento social (28/3)** - <https://globoplay.globo.com/v/8451756/programa/>

- **Ministérios públicos se unem para estratégias em meio à crise do coronavírus (2/4)** - <https://globoplay.globo.com/v/8451756/programa/>

- **Ministérios públicos cobram ampliação da testagem por coronavírus no Tocantins (15/4)** - <https://globoplay.globo.com/v/8484399/>

- **Anvisa intensifica alerta informativo e controle sanitário no aeroporto de Palmas (26/3)** - <https://www.t1noticias.com.br/estado/anvisa-intensifica-alerta-informativo-e-controle-sanitario-no-aeroporto-de-palmas/110085/>

- **Anvisa atende recomendações e intensifica controle sanitário no Aeroporto de Palmas (26/3)** - <https://conexaoto.com.br/2020/03/26/anvisa-atende-recomendacoes-e-intensifica-controle-sanitario-no-aeroporto-de-palmas>

- **Anvisa atende recomendações do MPT e MPTO e intensifica controle sanitário no Aeroporto de Palmas (26/3)** - <https://mpto.mp.br/portal/2020/03/26/anvisa-atende-recomendacoes-do-mpt-e-mpto-e-intensifica-controle-sanitario-no-aeroporto-de-palmas>

- **MPTO, MPF e MPT recomendam que prefeito de Araguaína restabeleça norma mais rígida de prevenção da Covid-19 (28/3)** - <https://mpto.mp.br/portal/2020/03/28/mpto-mpf-e-mpt-recomendam-que-prefeito-de-araguaina-restabeleca-norma-mais-rigida-de-prevencao-da-covid-19>

- **Órgãos ministeriais dão 72 horas para governo explicar montagem de hospitais de campanha (23/4)** - <https://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/politica/%C3%B3rg%C3%A3os-ministeriais-d%C3%A3o-72-horas-para-governo-explicar-montagem-de-hospitais-de-campanha-1.2040413>

- Na AL, Tollini diz que órgãos de controle, que questionam, “vão pedir de joelhos” hospitais de campanha (6/5) - <https://clebertoledo.com.br/politica/na-al-tollini-diz-que-orgaos-de-controle-que-questionam-vaio-pedir-de-joelhos-hospitais-de-campanha/>
- Para MPE, MPF e MPT, é “descabida e ofensiva” afirmação de Tolini de que pedirão “de joelhos” hospitais de campanha (6/5) - <https://clebertoledo.com.br/tocantins/para-mpe-mpf-e-mpt-e-descabida-e-ofensiva-afirmacao-de-tolini-de-que-pedirao-de-joelhos-hospitais-de-campanha/>
- Ministério Público do Trabalho investiga controle da Covid-19 entre funcionários de 61 frigoríficos em 11 estados (8/5) - <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2020/05/08/ministerio-publico-do-trabalho-investiga-controle-da-covid-19-entre-funcionarios-de-61-frigorificos-em-11-estados.ghtml>
- Governo orienta frigoríficos a fazer ‘busca ativa’ por casos de Covid-19 e a afastar trabalhadores com sintomas (11/5) - <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2020/05/11/governo-orienta-frigorificos-a-fazer-busca-ativa-por-casos-de-covid-19-e-a-afastar-trabalhadores-com-sintomas.ghtml>
- Ministério Público investiga convocação para oração de joelhos no comércio de Araguaína (15/5) - <https://afnoticias.com.br/estado/ministerio-publico-investiga-convocacao-para-oração-de-joelhos-no-comercio-de-araguaina>
- Órgãos ministeriais recomendam que comércio não obrigue funcionários a atos públicos - Jornal do Tocantins (15/5) - <https://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/vida-urbana/%C3%B3rg%C3%A3os-ministeriais-recomendam-que-com%C3%A9rcio-n%C3%A3o-obrigue-funcion%C3%A1rios-a-atos-p%C3%ABlicos-1.2052983>
- Reunião foca disponibilização de pontos para testagem da Covid-19 em caminhoneiros na BR-153 (29/4) - <https://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/vida-urbana/reuni%C3%A3o-foca-disponibiliza%C3%A7%C3%A3o-de-pontos-para-testagem-da-covid-19-em-caminhoneiros-na-br-153-1.2044171>
- MPTO participa de reunião sobre testagem e tratamento da Covid-19 em caminhoneiros (21/5) - <https://surgiu.com.br/2020/04/29/mpto-participa-de-reuniao-sobre-testagem-e-tratamento-da-covid-19-em-caminhoneiros/>
- MPE, MPF e MPT recomendam às igrejas que não realizem cultos presenciais e quem descumprir será responsabilizado cível, administrativa e criminalmente (9/4) - <https://clebertoledo.com.br/tocantins/mpe-mpf-e-mpt-recomendam-as-igrejas-que-nao-realizem-cultos-presenciais-e-quem-descumprir-sera-responsabilizado-civel-administrativa-e-criminalmente/>
- Covid sobe 62% em 5 dias em Palmas e gera decreto para fechar avenidas; MPs miram igrejas - Jornal do Tocantins (9/5) - <https://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/vida-urbana/covid-sobe-62-em-5-dias-em-palmas-e-gera-decreto-para-fechar-avenidas-mps-miram-igrejas-1.2049868>
- MP emite recomendação para líderes religiosos não promoverem aglomeração em Palmas (9/5) - <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2020/05/09/mp-emite-recomendacao-para-lideres-religiosos-nao-promoverem-aglomeracao-em-palmas.ghtml>
- Araguaína publica novas medidas de combate e limita número de pessoas em reuniões familiares (28/4) - <https://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/vida-urbana/aragua%C3%ADna-publica-novas-medidas-de-combate-e-limita-n%C3%BAmero-de-pessoas-em-reuni%C3%B5es-familiares-1.2043760>

- **Mais de 10 mil denúncias relativas à Covid-19 foram recebidas pelo MPT desde o início da pandemia (28/4)** - <https://www.midiamax.com.br/brasil/2020/mais-de-10-mil-denuncias-relativas-a-covid-19-foram-recebidas-pelo-mpt-desde-o-inicio-da-pandemia>

- **Mesa Brasil Sesc entregará 1.000 kits de higiene em Gurupi no dia 18 (15/5)** - <https://portaldoamaral.com.br/mesa-brasil-sesc-entregara-1-000-kits-de-higiene-em-gurupi-no-dia-18/>

- **Ministério Público do Trabalho doa cestas básicas para famílias do Tocantins (25/5)** - <https://globoplay.globo.com/v/8577385/>

- **MP pede suspensão temporária de serviços em frigorífico de Araguaína; entenda (16/6)** - <https://globoplay.globo.com/v/8630755/>

- **Atividades são paralisadas em frigorífico após quase 20% dos funcionários testarem positivo para coronavírus (16/6)** - <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2020/06/16/atividades-sao-paralisadas-em-frigorifico-apos-quase-20percent-dos-funcionarios-testarem-positivo-para-coronavirus.ghtml>

- **Após contaminação de funcionários, MPT pede suspensão de atividades em frigorífico de Araguaína (16/6)** - <https://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/vida-urbana/ap%C3%B3s-contamina%C3%A7%C3%A3o-de-funcion%C3%A1rios-mpt-pede-suspens%C3%A3o-de-atividades-em-frigor%C3%ADfico-de-aragua%C3%ADna-1.2069939>

- **Após 31 de 166 funcionários testarem positivo para Covid-19, MPT quer suspensão das atividades de frigorífico de Araguaína (16/6)** - <https://clebertoledo.com.br/negocios/apos-31-de-166-funcionarios-testarem-positivo-para-covid-19-mpt-quer-suspensao-das-atividades-de-frigorifico-de-araguaina/>

- **Após denúncias de contágio em massa e pressão do MPT, Frigorífico decide fechar as portas (16/6)** - <https://www.portalonorte.com.br/noticias/apos-denuncias-de-contagio-em-massa-e-pressao-do-mpt-frigorifico/95737/>

- **Caminhoneiros que chegam em Gurupi passam por teste rápido da Covid-19 (16/6)** - <https://g1.globo.com/to/tocantins/edicao/2020/06/16/videos-ja-1-de-terca-feira-16-de-junho.ghtml#video-8630003-id>

- **MPE, MPF e MPT cobram regularização imediata dos testes para Covid-19 no Lacen e querem prioridade para vivos em vez de mortos (17/6)** - <https://clebertoledo.com.br/tocantins/mpe-mpf-e-mpt-cobram-regularizacao-imediata-dos-testes-para-covid-19-no-lacen-e-quer-prioridade-a-pacientes-vivos-em-vez-de-mortos/>

- **Frigorífico de Araguaína ignorou medidas de prevenção à COVID-19 (23/6)** - <https://www.primeirapagina.to/noticias/frigorifico-de-araguaina-ignorou-medidas-de-prevencao-a-covid-19/>

- **Imprensa deu origem às investigações do MPT/TO contra frigorífico (23/6)** - <https://www.primeirapagina.to/noticias/imprensa-deu-origem-as-investigacoes-do-mptto-contr-frigorifico/>

- **Procuradora do Trabalho detalha ações para garantir a segurança de trabalhadores de aplicativos (2/7)** - <https://www.cbntocantins.com.br/programas/cbn-tocantins/cbn-tocantins-1.318013/procuradora-do-trabalho-detalha-a%C3%A7%C3%B5es-para-garantir-a-seguran%C3%A7a-de-trabalhadores-de-aplicativos-1.2078736>

EXPEDIENTE:

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO NO DISTRITO FEDERAL E NO TOCANTINS, NO PERÍODO DE 16 DE MARÇO A 17 DE JULHO

Procuradora-chefe:

Valesca de Moraes do Monte

Procuradora-chefe substituta:

Helena Fernandes Barroso Marques

Produção:

Assessoria de Comunicação Social da PRT10

Redação:

Gilberto Gatti
João Ebling

Pesquisa:

João Ebling
Messias Costa

Diagramação:

João Ebling

Revisão:

Gilberto Gatti
João Ebling
Messias Costa

Publicado em 20 de julho de 2020.



Ministério Público do Trabalho
no Distrito Federal e Tocantins